

# Superior Tribunal de Justiça

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.965 - CE (2019/0257613-7)

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**SUSCITANTE** : JUIZO FEDERAL DA 32ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE CAUCAIA - CE  
**INTERES.** : JUSTIÇA PÚBLICA  
**INTERES.** : JOSE LUIZ DE MELO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência em que é suscitante o Juízo Federal da 32ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará e suscitado o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal de Caucaia – CE.

Consta dos autos que JOSE LUIZ DE MELO foi denunciado pela suposta prática dos delitos dos arts. 304 e 333 do Código Penal, por ter apresentado a servidores de estabelecimento prisional estadual uma carteira da OAB falsa e por ter oferecido dinheiro ao diretor do estabelecimento com a finalidade de evitar a prisão em flagrante.

O Juízo suscitado declinou da sua competência com base no entendimento de que, como o documento falso era uma carteira da Ordem dos Advogados de Brasil, *"por ser este documento de emissão obrigatória de uma autarquia federal (OAB), a competência para apreciar o crime pertinente é da Justiça Federal, uma vez que o bem atingido é de interesse da União"* (e-STJ fl. 164).

O Juízo Federal da 32ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, por sua vez, ao suscitar o presente conflito, asseverou que a competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento e não em razão da qualificação do órgão expedidor (e-STJ fls. 5-6).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela fixação da competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal de Caucaia – CE (e-STJ fls. 176-179).

É o relatório.

Do presente conflito de competência deve-se conhecer por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea d, da Constituição da República.

*In casu*, o incidente processual cinge-se a dirimir a controvérsia estabelecida entre os Juízos suscitante e suscitado para o processamento e julgamento dos crimes de uso de documento falso (carteira da OAB) apresentado a servidores de estabelecimento prisional estadual e de corrupção ativa (oferecimento de dinheiro ao diretor do estabelecimento com a finalidade de evitar a prisão em flagrante).

No caso do crime de uso de documento falso, a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou-se em que a competência é determinada em razão do órgão ou entidade ao qual foi apresentado o documento.

É o que dispõe o enunciado 546 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis litteris*:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.*

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. USO DE DOCUMENTO FALSO. COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR A AÇÃO PENAL. SÚMULA N. 546 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. A teor da Súmula n. 546 do STJ, a competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou do órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.*

*2. Se certidões falsas, originariamente emitidas pela Receita Federal, foram utilizadas perante pessoa jurídica de direito privado (SESC), não há falar em ofensa a interesses da União, a atrair a competência da Justiça Federal para processar e julgar o réu, acusado do crime do art. 304 do CP. Está correta a distribuição o feito à Justiça Estadual.*

*3. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no RHC 59.913/SE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe de 24/04/2019)*

Ante o exposto, **conheço** do conflito e **declaro competente** o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal de Caucaia – CE, ora suscitado.

Publique-se.

Dê-se ciência aos juízes em conflito.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator